

Ata da primeira reunião extraordinária, do primeiro período legislativo, da primeira sessão legislativa anual, da nona legislatura da Câmara Municipal de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, realizada às dez horas e trinta minutos do dia dezenove do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e um; a reunião foi declarada aberta sob a presidente do Vereador José Guedes da Silva Vieira e o segundo secretário da mesa Vereador Ronys Cley Dias Borges efetuou a leitura bíblica no livro de Salmos 91:1-10; logo em seguida o primeiro secretário da mesa Vereador Fábio Dias de Almeida, executou a chamada de Vereadores, constatando a presença dos Vereadores Antônio Francisco Lima Fernandes, Denilson da Silva Gois, Fábio Dias de Almeida, José Brito da Silva, José Guedes da Silva Vieira, José Ricardo Souza Rios, Nilva de Sousa Brandão, Rômulo Assunção Pereira, Ronys Cley Dias Borges, Sebastião Arrais dos Santos e Valdemilson Ribeiro Almeida; dando continuidade o presidente determinou à secretária legislativa para fazer a leitura da matéria em pauta para o expediente, objeto da presente sessão, que constou do **VETO TOTAL do Projeto de Lei N.º 013/20 de 23 de novembro de 2020, do Poder Executivo Municipal, que altera dispositivos da Lei N.º 469/18, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Pública de Ensino do município de São Geraldo do Araguaia e dá outras providências**; após a leitura o presidente encerrou o pequeno expediente e logo declarou aberto o grande expediente e comunicou o registro da composição das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de São Geraldo do Araguaia – PA, para o ano de 2021, que definidas pelos vereadores em reunião de gabinete, realizada em oito de janeiro de 2021, ficaram assim definidas: **Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final** – Presidente Ronys Cley Dias Borges, Relator José Ricardo Souza Rios e Membro Nilva de Sousa Brandão; **Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública** - Presidente Fábio Dias de Almeida, Relator Denilson da Silva Gois e Membro Valdemilson Ribeiro Almeida; **Comissão de Saúde, Educação e Política Social** - Presidente Nilva de Sousa Brandão, Relator Antônio Francisco Lima Fernandes e Membro Rômulo Assunção Pereira, **Comissão de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente** – Presidente José Brito da Silva, Relator Sebastião Arrais dos Santos e Membro Fábio Dias de Almeida; após isto o presidente colocou em discussão o VETO TOTAL do Projeto de Lei N.º 013/20, quando usou a palavra facultada às lideranças partidárias, o **Vereador Ronys Cley** cumprimentou a todos e mencionou que a matéria teve muita repercussão na cidade e houve muitos comentários por parte da classe educadora, quando alguns teriam dito que como vereador nunca tinha feito nada pela classe, mas era bom lembrar que sempre estivera a favor dos professores, que como membro de comissão permanente da Câmara, sempre esteve agindo, lutando participando ativamente dos trabalhos em prol da categoria e assim era sua luta para buscar projetos que beneficiavam a população, como a eletrificação da região Santa Cruz, entre outros projetos; comentou que o gestor fez promessa de atender os anseios e valorização dos profissionais no período da campanha eleitoral – reforçando sua fala, exibiu um áudio atribuído ao atual Prefeito, que poderia ter conversado com os representantes da categoria e feito proposta para os educadores, mas não fez; salientou que não tinha como votar contra os direitos dos professores; logo citou que havia servidores da educação que foram beneficiados por melhorias aprovadas pela Câmara e que, na atual conjuntura de alteração do PCCR, vinha difamando e denegrindo a imagem dos vereadores, mesmo sem o conhecimento de causa; comentou que os membros da atual administração do Poder Executivo Municipal deveriam trabalhar, pois atualmente era governo e precisavam fazer as coisas acontecerem e que muitos, que anteriormente, no dia da posse, chamaram os vereadores de corruptos e covardes, entre outros nomes pejorativos, pegaram cargos na administração em troca do apoio ofertado durante a campanha eleitoral e isso sim, era corrupção; que não adiantava ficarem falando mal e tentando pressionar os vereadores, pois essa não era a forma legal para tratarem dos assuntos da municipalidade o **Vereador Rômulo** salientou que gostaria que tivesse tido reunião conjunta de Vereadores e Poder Executivo, mas não aconteceu, que não sabia qual seria o resultado da votação, mas que independente de qualquer disso gostaria de poder tratar desse assunto; o **Vereador Fábio** lembrou as dificuldades enfrentadas pelos professores, relatadas pela Coordenadora Nédyma em seus discursos na tribuna desta Casa e conhecia de perto essas dificuldades, pois passou por cada



Fábio Dias de Almeida

uma dela em sua formação; que eram inúmeros os problemas, mas a desvalorização dos professores era o pior, que era uma situação difícil e que não tinham incentivo para buscarem maiores qualificação; citou que os professores trabalhavam não só por amor, mas também pelas necessidades diárias de cada um; ponderou que talvez a procuradoria jurídica do Poder Executivo não tivesse culpa pela situação que tinha se criado em torno da matéria ora discutida, pois o ex-prefeito, que trabalhou bastante durante todo seu mandato, no final deixou uma mácula grande; ressaltou que nunca agiu por má fé no exercício de seu mandato, que não se deixava manipular e estava consciente de sua decisão a respeito da matéria; em seguida mencionou que no dia da sessão de posse, realizada recentemente, por ocasião da eleição da mesa diretora, havia alguns professores no recinto gritando que os vereadores eram corruptos e agora não estavam acompanhando a luta pelos direitos da categoria, por estarem assumindo cargos na administração e isso os fazia ficarem calados; ressaltou que a classe podia contar com seu apoio sempre, que o Regimento Interno da Câmara não permitia manifestação do voto, mas afirmava de antemão que apoiava a categoria; o presidente Vereador José Guedes cumprimentou a todos e comentou que independente do resultado da votação, a Câmara sempre estaria de portas abertas para atender a categoria da educação; logo explicou que o processo de votação seguiria o Regimento Interno da Casa e logo passou a chamar os vereadores, um a um, por ordem alfabética, para emitirem seus votos, por escrutínio secreto e através de cédulas; após todos terem votado, inclusive o presidente, em razão da matéria assim o exigir, foram convidados os vereadores Rômulo Assunção e Antônio Lima para acompanharem de perto a apuração dos votos, que ficaram assim distribuídos: sete (07) votos favoráveis à aprovação do veto e quatro (04) votos contrários ao veto do Projeto de Lei 013/20; finalizada a apuração constatou-se **a aprovação do VETO TOTAL do Projeto de Lei 013/20**; após isto o presidente, observando não haver mais nada a ser tratado, encerrou a sessão e determinou a lavratura desta ata, que será votada e assinada pela mesa diretora.

Salvo Dias de Alcântara

